

REDIRECIONAMENTO DE FÁRMACOS NO CONTEXTO PANDÊMICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO METABOLISMO DOS PACIENTES

Diana Araújo Dos Santos¹; Alessandra Santana Cruz de Jesus²; João Paulo de Jesus Santos Filho³; Naiane Neres dos Santos⁴; Rita Terezinha de Oliveira Carneiro⁵

¹Graduada em Enfermagem (UNIMAM), Pós-Graduada em Saúde Pública (ATUALIZE), Graduada em Farmácia (UNIMAM), diana_araujo13@hotmail.com ²Graduada em Farmácia, (UNIMAM) alessandracruz@outlook.com; ³Graduando em Farmácia (UNIMAM), jaoajs25paulo@outlook.com; ⁴Graduada em Farmácia (UNIMAM), naianeneres18@gmail.com; ⁵Doutora em Ciências (FIOCRUZ-BA), Docente do Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), ritaterezinha@gmail.com.

A prospecção e o desenvolvimento de novos fármacos são processos demorado, oneroso e realizados em diversas etapas submetidas a um rigoroso controle ético. Em situações emergenciais e/ou no curso de doenças novas justifica-se a realização do redirecionamento de fármacos, estratégia terapêutica que consiste em usar fármacos para fins divergentes daqueles descritos em sua bula. A adoção do redirecionamento de fármacos requer prudência para não favorecer a ocorrência de efeitos adversos ou agravos à saúde humana. No contexto pandêmico diversas classes de medicamentos foram utilizadas com objetivo de melhorar o quadro de pacientes de COVID em estado crítico, ou com a perspectiva de prevenir a infecção pelo SARS-CoV-2. Porém, até o presente momento os protocolos terapêuticos propostos neste período não tiveram sua eficácia comprovada. A discussão sobre os potenciais riscos à saúde associados ao redirecionamento de fármacos é justificada por seu caráter educativo. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento bibliográfico sobre o redirecionamento de fármacos durante o período pandêmico e suas consequências para saúde pública. Foram realizadas buscas por artigos publicados entre 2020 a 2022, disponíveis em bases de dados como: LILACS, Scielo e Medline, em idioma português, e termos correspondentes em inglês. Os descritores utilizados foram: redirecionamento de fármacos, fármacos de uso *off label*, pandemia. O critério de inclusão foi o fator de impacto ($\geq 1,5$) ou qualis A1 a B3 do periódico. Os critérios de exclusão foram: (i) relato de casos e (ii) propaganda de indústrias farmacêuticas. Os resultados parciais abordam 10 artigos selecionados a partir dos critérios utilizados, cujos autores destacam o uso de remdesivir, lopinavir/ritonavir como opções terapêuticas contra a COVID, destacando que, embora sejam antivirais estes fármacos não apresentaram eficácia no tratamento devido às características intrínsecas do SARS-CoV-2. Vale destacar que outras classes medicamentosas, tais como: antimalárico (hidroxicloroquina), antiparasitário (ivermectina) e antibióticos (azitromicina) foram empregados indiscriminadamente na expectativa de prevenir o contágio, ou melhorar a sobrevivência dos infectados. Os autores ressaltam que o uso destes fármacos é ainda mais danoso para saúde pública devido a possibilidade de desencadear efeitos adversos, além de contribuir para o surgimento de linhagens microbianas capazes de resistir ao efeito de fármacos. Em consenso os autores apontam que a vacina anti-COVID continua sendo a principal intervenção terapêutica capaz de frear o surgimento dos casos e reduzir a mortalidade da doença. O presente trabalho reforça a discussão sobre a problemática quanto ao redirecionamento de fármacos no tocante aos seus possíveis desdobramentos na saúde humana, especialmente quanto ao desenvolvimento de doenças e agravos.

Palavras-chave: COVID-19. Pandemia. Redirecionamento de Fármacos.

